

EXPRESSÕES SIMBÓLICAS E RITUAIS DA IDADE DO FERRO DO NOROESTE DE PORTUGAL

por

Ana M. S. Bettencourt¹

Resumo: Após um breve resumo sobre os diferentes discursos efectuados para a Idade do Ferro do Noroeste de Portugal, até aos meados dos anos 90, este trabalho pretende interrogar os dados existentes, no quadro da arqueologia contextual, com o objectivo de lançar novas problemáticas ligadas ao mundo simbólico e ritual.

Os dados analisados com este propósito e sobre os quais se lançam novas interrogações são as muralhas, as estátuas dos denominados “guerreiros”, os edifícios designados por “balneários” e um conjunto de gravuras rupestres encontradas no interior de recintos da Idade do Ferro.

Palavras-chave: Idade do Ferro; monumentalidade/opacidade; arqueologia contextual.

Abstract: After a brief summary about the different narratives made for the Iron Age of the Northwest of Portugal, till the nineties, the aim of this paper is to stress new questions to the existent archaeological data in the sense of the contextual archaeology. Our objective is to avoid the familiar discourse about this period and try to study some aspects related with symbolic and ritual aspects.

With this purpose we try to ask a new range of questions to walls, statues, “bath structures” and rock art which appeared inside the Iron Age settlements.

Key-words: Iron Age; monumentality/opacity; contextual archaeology.

1. INTRODUÇÃO

Ao ser convidada para participar neste evento científico e para trabalhar um tema inserível na Proto-História lembrei-me de algumas reflexões que tenho efectuado sobre a Idade do Ferro Recente do Noroeste de Portugal, não por ser especialista deste período mas porque, ultimamente, tenho sido solicitada a dar pareceres sobre diversos achados e estações arqueológicas, desta época, que têm vindo a ocorrer nos concelhos de Braga e Guimarães.

¹ Prof.^a Auxiliar do Departamento de História da Universidade do Minho. Email: anabett@uaum.uminho.pt

Assim, resolvi estar presente com o objectivo de levantar algumas questões que os dados existentes me têm suscitado, no pressuposto de que o conhecimento não é apenas cumulativo mas explicativo e interpretativo, no âmbito de vários processos cognitivos.

2. A IDADE DO FERRO RECENTE

É relativamente consensual a subdivisão tripartida para a Idade do Ferro do Noroeste de Portugal. A um Ferro Inicial, com início díspare de região para região e com término pelos finais do séc. II a.C, suceder-se-ia um Ferro Recente, com começo nesta data e com término nos meados do séc. I d.C, momento, a partir do qual estas comunidades entrariam na fase de romanização (MARTINS, 1990; QUEIROGA, 1992; DINIS, 1999).

Apesar da coexistência de duas orientações teórico-metodológicas que têm pautado a interpretação dos dados existentes sobre o Ferro Recente, a histórico-culturalista e a antropológica, o que deve ser encarado como uma forma plural e enriquecedora de interpretação do passado, ainda são escassos os trabalhos relativos a aspectos simbólicos e rituais sobre estas comunidades.

No âmbito dos diversos estudos efectuados no quadro de uma perspectiva mais antropológica e social, com forte expressão nos anos 90, é costume defender-se que o Ferro Recente do Norte de Portugal, abstraindo-nos das particularidades regionais, se caracteriza, globalmente, pelos vários aspectos que se passam a enunciar:

1. Diversidade topográfica das estratégias de povoamento, com povoados localizados em zonas altas, na bordadura e no interior de vales de aluvião, característica que demonstra uma “colonização” e domesticação efectiva de diferentes paisagens com o conseqüente avanço da degradação do coberto vegetal primitivo e a transformação da paisagem no sentido da implantação do sistema agro-pastoril. Tal é o que parece deprender-se dos resultados dos estudos arqueológicos, polínicos, antracológicos, paleocarpológicos e arqueozoológicos;
2. Monumentalidade cada vez mais generalizada dos recintos habitados conferida pela presença de “muralhas” em pedra, por vezes providas de escadas, bastiões e torreões, embora num processo de grande variabilidade técnica, numérica e de aparato;
3. Maior demarcação ou “individualização” dos recintos habitados do espaço exterior através de fossos escavados na rocha e na alterite;

4. Petrificação, cada vez mais recorrente¹, das estruturas no interior dos povoados, fenómeno materializado pela construção de casas (com ou sem vestíbulo) associadas a pátios lajeados, por vezes inscritas em bairros delimitados por muros. A este período corresponderia, igualmente, o ordenamento proto-urbano, nalguns locais, assim como a construção de alguns dos edifícios denominados “balneários”;
5. Fenómeno escultórico mais frequente, pelo menos de representações masculinas.

Ao conjunto destas manifestações corresponderia uma acentuada hierarquia de povoamento, um aumento da hierarquia social vertical, uma maior especialização do trabalho, uma grande intensificação económica, alicerçada num crescente e desenvolvido sistema agro-silvo-pastoril, na posse hereditária da terra, no desenvolvimento de novas tecnologias e na consolidação efectiva de processos de territorialização (MARTINS, 1990, 1993/1994, 1996, 1997; QUEIROGA, 1992), fenómenos que, segundo M. Martins (1990, 1993/1994, 1996, 1997), se deverão explicar num cenário de dinâmica interna e não como consequência directa do avanço da conquista romana, como defendem outros autores (SILVA, 1986; ALARCÃO, 1996).

Mas atingido este patamar de conhecimento, o que permitiu indiscutível avanço no estudo da Idade do Ferro do Noroeste Peninsular, nomeadamente nos aspectos relacionados com o povoamento, a sua interacção com o meio, a sociedade e economia, como prosseguir para alcançarmos outros discursos? Como alterar, por exemplo, a visão da Idade do Ferro transmitida nos manuais do ensino do 3º ciclo ou do secundário, de forma absolutamente desactualizada e fantasista?² Como avançar na compreensão do mundo simbólico e ritual destas comunidades, dado que os conhecimentos produzidos neste campo se têm pautado, quase exclusivamente, por explicações com recurso às fontes escritas e epigráficas, frequentemente produtoras de um discurso que tende a interpretar a Idade do Ferro como reflexo do que se conhece para a época Romana?

Com este discurso não queremos negar a importância das fontes escritas pois estas permitem aos investigadores ideias que os dados arqueológicos nunca lhes possibilitariam. O problema é a generalização que delas se faz, a ideia que proporcionam

¹ Registe-se que mesmo neste período ainda há muitas estruturas percíveis, como se pode verificar na terceira ocupação de S. João de Rei (Póvoa de Lanhoso) (BETTENCOURT, 2001 e dados inéditos) e mesmo em alguns locais de Briteiros (Guimarães) onde, recentemente, decorreram escavações orientadas pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

² Esta observação resulta de uma série de trabalhos orientadas pela autora no âmbito da disciplina de Seminário de Investigação I, da licenciatura em História da Universidade do Minho, sobre o tema “*O Tratamento da Idade do Ferro nos Manuais do Ensino Liceal, desde 1974 a 2000*”.

da escassa necessidade de desenvolvermos ou utilizarmos, na íntegra, o registo arqueológico (HILL & CUMBERPATCH, 1993: 131) e o facto de esquecermos, frequentemente, de que são datadas, subjectivas e comprometidas culturalmente. Também não queremos negar a existência de certas continuidades entre a Idade do Ferro e a época histórica, mas apenas alertar para o facto de que não podemos hipervalorizar o histórico e esconder ou escamotear a diversidade e a especificidade da Idade do Ferro. Caso contrário podemos cair em discursos repetitivos que consideram a Idade do Ferro “doméstica”, funcional, pouco problemática e como uma genealogia, ou seja, como uma arqueologia que procura estudar o “nosso” passado, as “nossas origens” através de narrativas que apenas dão importância às continuidades entre a proto-história e o presente ou a história mais antiga (HILL, 1993: 59-70; HILL & CUMBERPATCH, 1993: 128-130).

J. D. Hill (1993: 58) diz-nos, igualmente, que o maior óbice à investigação é a oposição, dada como natural, entre secular e ritual e doméstico e não doméstico. No entanto só reivindicando que o ideal e o prático, o sagrado e o profano estão intimamente interligados é que podemos entender a cultura material como elemento activo nas relações sociais (HILL & CUMBERPATCH, 1993: 134). Do mesmo modo só aceitando o pressuposto de que as relações de poder e da organização social estão profundamente embebidas nas práticas da vida diária é que podemos aceitar que o estudo dessas práticas constituem um meio para conhecermos a estruturação do passado (BARRET, 1988).

Como tornar a Idade do Ferro mais problemática, “estranha”, diferente do que esperamos, ou seja, menos familiar?

Como é que as comunidades da Idade do Ferro ocuparam rotineiramente o seu mundo, como actuaram sobre ele no tempo e no espaço, na vida quotidiana?

São inúmeras as questões que poderemos colocar aos dados arqueológicos, sobretudo se considerarmos que estes são suficientemente fortes para resistir à imposição de uma interpretação histórica e se tivermos a oportunidade de os interrogarmos no quadro de outros paradigmas, nomeadamente no âmbito da arqueologia contextual. Neste sentido será necessário testar o nosso registo e submetê-lo, constantemente, à prova da crítica e da auto crítica.

Por uma questão de operacionalidade, interrogaremos, apenas alguns dados que se relacionam com a opacidade e a monumentalidade do registo arqueológico. Neste âmbito e relativamente ao monumental, analisaremos as muralhas e as práticas escultóricas. Em relação com o opaco problematizaremos os denominados balneários e a arte rupestre, localizada nas vertentes e no interior dos recintos da Idade do Ferro. Tentaremos interpretar estes dois tipos de materialidades como “*textos espacial e simbolicamente constituídos*” no sentido de verificarmos se poderiam ter funcionado como cenários expressivos de diferentes mecanismos rituais do poder.

2.1. Registo arqueológico monumental

Muralhas

Nas abordagens mais funcionalistas a muralha é vista, apenas, como expressão de fortificação fazendo pressupor instabilidade associada à guerra. Nas abordagens de cariz mais antropológico estas assumem, normalmente, uma multiplicidade de funções. Para M. Martins (1990) a muralha seria o reflexo de um “*alto grau de emulação competitiva entre as comunidades*” pela posse da terra. Para F. Queiroga (1992) seriam estruturas defensivas, mas, simultaneamente, meios de demonstração do prestígio comunitário, da existência de um príncipe e de uma economia excedentária. Para M. Dolores Fernandez Posse & F. J. Sánchez Palencia (1996) as muralhas constituiriam uma expressão de forte organização social, uma “*referência ordenadora do espaço edificado no seu interior*” que funcionariam como “*pontos de atracção visual*” o que traduziria, para os outros, a afirmação da comunidade e a sua coesão. Neste sentido, as muralhas são também, construções de alto valor simbólico. Afinal elas criam lugares especiais, que isolam e definem simbolicamente o grupo social que ocupa um determinado espaço circunscrito (HINGLEY, 1984). Por serem novos espaços cénicos, altamente visíveis, ou seja, monumentalizados, estimulam a memória colectiva, permitem a memória emotiva e geracional de pertença a uma comunidade e a uma história.

São locais onde o todo social se reconhece. Nesse sentido as muralhas são símbolos, ou delimitam espaços simbólicos que expressam e criam uma identidade socio-cultural (KNAPP & ASHMORE, 1999). Mas porque são lugares especiais, tornam-se, igualmente, importantes marcadores físicos que guiam a movimentação dos indivíduos na paisagem. As muralhas com as suas portas e fachadas ao permitirem a passagem de uma barreira que é física, mas também simbólica, implicam, normalmente, rituais de passagem³, o que ajuda a definir identidade entre os seus ocupantes. Mas as muralhas exigem, também, a colaboração directa ou indirecta do todo comunitário, na sua construção e manutenção (dado que o todo social aí se reconhece). No entanto, são também reflexo de grandes capacidades organizativas de elementos ou grupos de poder.

Dentro desta perspectiva como interpretar os vários panos de muralha dentro do mesmo recinto? Seriam as acrópoles, sempre muralhadas, que acumulam monumentalidade “construída” com monumentalidade “natural”, representativas de significantes descontinuidades no seio do espaço social?

Teriam as manifestações de arte rupestre, detectadas nas acrópoles de cerca de 40 estações no Noroeste de Portugal e Galiza, contribuído para acentuar o carácter

³ Estudos efectuados por J. D. Hill (1993) para a Idade do Ferro do Sul da Inglaterra têm demonstrado a ritualização dos espaços de passagem através de depósitos vários nessas áreas específicas.

excepcional, ritual e simbólico destes locais? Ou constituiriam apenas expressões anteriores de sacralização destes espaços, característica que se perpetuaria, agora, no Ferro Recente, através de formas mais monumentais e visíveis de ritualização desse mesmo espaço?

Estes locais, altamente monumentalizados por muralhas, torreões, bastiões, domínio topográfico e visual seriam partilhados só por alguns ou pelo todo social? No caso da primeira hipótese que relações de poder se poderiam ter exercido entre os habitantes/frequentadores da acrópole e os que viveriam nas áreas contíguas?

Não temos resposta para estas questões mas o facto de poderem equacionar-se e de proporcionarem trabalhos tendentes à sua resposta, advertem-nos para a importância de procurarmos significações para estas materialidade não apenas numa perspectiva funcionalista e utilitária.

Práticas escultóricas

A segunda materialidade a questionar é a das estátuas masculinas com representações iconográficas de armas, vulgarmente denominados de guerreiros, que têm sido identificadas como representações de chefes heroicizados, de heróis divinizados (MARTINS & SILVA, 1981; SILVA, 1986; MARTINS, 1990) ou de guerreiros (QUEIROGA, 1992).

Em qualquer uma das explicações o que está subjacente é que estas estátuas representam uma forma visível/monumental de demonstração de poder, o que parece pacífico. No entanto, continua por definir o tipo de poder, de ideologia e de sociedade que lhes está inerente.

A Antropologia e a História ensinam-nos que, nas sociedades tradicionais, o corpo humano é visto como uma metáfora social. Deste modo permite significações e classificações que são reflexo da vida diária tal como têm defendido vários autores citados em J. D. Hill (1993: 69) e em P. Treherne (1995). Neste sentido, o tratamento do corpo, em todos os seus aspectos, traduz uma imagem social e reflecte “um complexo ideológico”. Assim, pensámos analisar as estátuas de “guerreiros”, como forma de ensaiar novas leituras para a sociedade e o mundo ideológico da Idade do Ferro do Noroeste.

Se é verdade que é impossível para os arqueólogos conhecer o sentido explícito de determinados símbolos, também é verdade que a repetição de padrões característicos poderá permitir a reconstrução das principais características de um sistema de signos (REINHOLD, 2003: 28). Foi com base nesta premissa que tentámos identificar o que se repete no equipamento, nos artefactos de adorno e no vestuário das estátuas de “guerreiros”, verificando o que têm de comum e de diferente.

Foram encontrados, até hoje, vinte e três fragmentos de estátuas deste tipo, algumas ainda inéditas como a cabeça de S. Miguel-o-Anjo (Vila Nova de Famalicão)⁴.

Em termos de equipamento básico regista-se sempre um punhal ou espada curta, um escudo, braceletes, por vezes pulseiras e torques, em combinações variáveis. Estas personagens vestem um saio, de decote em V ou circular, liso ou decorado com motivos geométricos (losangos e séries de SS), estando sempre presente um cinturão. Algumas têm capacetes de morfologias distintas, outros o cabelo curto e bem aparado. O rosto foi sempre tratado, de forma codificada, apresentando-se liso, nalguns casos, ou com barba e bigode, noutros. Todas estas características iconográficas e a forma como são efectuadas revelam grande qualidade, quer dos signos, quer tecnológicas (Fig. 1 e 2).

As dimensões exactas destas estátuas são difíceis de determinar dado que, na sua maioria, estão incompletas. No entanto, as medidas obtidas para as melhores preservadas revelam tamanhos entre 1,48m e 2,28m. Se pensarmos que estão todas incompletas e que estariam sobre um pedestal o seu tamanho deveria ultrapassar sempre os dois metros, sendo, portanto, enormes e maiores do que as estaturas normais do ser humano.

Desconhece-se a maioria dos contextos precisos destes achados, mas há três casos significativos. A de Sanfins estava na entrada oeste, junto do segundo pano de muralha, a de S. Julião foi encontrada em terras removidas da vertente este, na área da 2ª muralha e a de S. Miguel-o-Anjo foi detectada, também, na vertente este e fora da muralha exterior, em remoções recentes de terra.

Perante estes dados que complexo ideológico estará aqui representado? Que modo de vida? Que estrutura social poderemos apreender?

O que parece óbvio é que estes corpos foram ritualizados e enfatizados através de alterações externas do corpo e de *itens* materiais (tratamento capilar, vestuário, elementos de adorno, armas) e idealizados (dimensões, postura, qualidade dos artefactos e do vestuário o que se depreende da perfeição escultórica). Tais transformações do corpo são apenas compreensíveis em personagens detentoras de amplos poderes físicos e sobrenaturais, numa estética corporal cultivada que pressupõe uma posição de privilégio (BOURDIEU, 1977). Assim, estas personagens, masculinas, com equipamento bélico e ornamentos metálicos devem encarar-se como importantes formas de comunicação social de determinadas estruturas de poder que simbolizariam, a nível ideológico, identidade grupal, o controlo da comunidade e o controlo de um determinado território de pertença⁵. Assim sendo, estamos a falar de belicismo como uma

⁴ Provida de capacete, sem barba ou bigode. Foi encontrada na vertente Este de S. Miguel-o-Anjo, perto da muralha externa. Agradecemos estas informações à Dra. Felisbela Oliveira, do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

⁵ É de registar uma aparente similitude formal nestas representações, o que nos leva a interrogarmo-nos sobre este aspecto. Mais do que justificar estas similitudes pela existência de uma cultura pressupomos que elas se devam a fenómenos causados por transacções e intercâmbios de âmbito supra-regional, entre comunidades

ideologia, um conceito plural que implica, além da capacidade de controlo e domínio sobre si e sobre os outros, a manutenção e garantia da ordem nas suas significações mais amplas o que pressupõe, também, garantir a prosperidade a todos os níveis. Ainda em relação aos conhecimentos sobrenaturais, é curioso verificar, apesar da escassez de contextualização destas estátuas, que nos casos conhecidos, os locais escolhidos para a sua colocação seguem a orientação nascente-poente. Neste sentido poderiam estas personagens simbolizar, também, o “controlo” do tempo e da cosmologia solar⁶?

É de crer que manifestações destas dimensões, visíveis por um grande número de pessoas e a grande distância, numa intencionalidade de orientar a informação que é comunicada, constituem mensagens sociais fortes, poderosas e tenham sido efectuadas para expressar emoções e percepções de uma realidade social e de uma determinada visão do mundo.

Neste caso estas estátuas não representariam chefes ou príncipes ou guerreiros no sentido individual do termo, mas seriam materializações simbólicas de um grupo de poder, em sociedades em que este se materializa e se exprime, ainda, através de múltiplas fontes. Só assim poderemos compreender as estátuas-sedentes, em número de cinco, onde se representam outros signos. Estas personagens, também masculinas, segundo A. M. S. Bettencourt & H. P. Carvalho (1993/1994) têm uma iconografia distinta das anteriores. Estão todas sentadas em cadeiras de espaldar, por vezes associadas à representação de patas de cavalos, de vasos, de caprinos e de plantas (Fig. 3 e 4).

Se recordarmos que os artefactos manipulados por alguns elementos da sociedade e as práticas de poder não podem analisar-se somente numa perspectiva das suas funções legitimatórias mas, também, na perspectiva substantiva e nas suas implicações subjectivas (TREHERNE, 1995: 117), então as estátuas-sedentes poderão representar ou simbolizar outras formas de poder, realçado, agora, através de outras *performances* rituais que se associam também à masculinidade/virilidade, à equitação, ao hipotético consumo de bebidas especiais e, talvez, às actividades cinegéticas e ao controlo/manipulação do mundo vegetal. Deste modo, as particularidades das estátuas erectas e das estátuas-sedentes poderiam marcar a identidade específica dos diferentes grupos de poder.

abertas, capazes de desenvolver fenómenos de emulação, que não só trocariam equipamento metálico e armas mas, também, partilhariam formas semelhantes de expressar a sua identidade social no âmbito das esferas do poder. Neste caso, as comunidades do Ferro Recente não poderiam ser sociedades bélicas, na verdadeira assunção do termo, pois a situação de guerra frequente, citada pelas fontes escritas, não permitiria a estabilidade para as referidas transações e impossibilitaria a prosperidade, arqueograficamente comprovada, que se denota em termos do povoamento, das práticas agro-pastoris, entre outras.

⁶ Estudos no Sudeste de Inglaterra revelaram a orientação a nascente de muitas casa e cercas da Idade do Ferro o que sugere a importância do tempo e dos princípios cosmológicos no interior dos espaços de vivência (HILL, 1993: 68).

Nesta ordem de ideias, como perceber as intenções sociais que estão por detrás da restante estatuária feminina, com forte conotação sexual, caso elas pertençam também ao Ferro Recente? Dado a sua iconografia é possível admitir que representam materializações de rituais associados à vida, à fertilidade e à procriação.

Face aos diferentes signos representados nos diversos tipos de estatuária, aparentemente complementares, estaremos perante sociedades com diferentes fontes de poder? Dito de outro modo, estaremos perante comunidades com uma multiplicidade de fontes de poder dispersas por diferentes géneros e grupos? Note-se que tal situação é frequente em sociedades de nível médio, como supomos ser a da Idade do Ferro, o que aliás, também é sugerido pelas fontes escritas.

2.2. Registo arqueológico opaco

Partindo do pressuposto de que a manutenção do poder requer trabalho e acção (LEVY, 1999: 72) e de que as relações de poder encontram nas práticas rituais um instrumento fundamental de integração social, de que não há “*ritual sem política e política sem ritual*”⁷ [(KELLY & KAPLAN, 1990, in DIETLER (1999))] e de que os actos rituais resultam, normalmente, em acções formalizadas (GOSDEN, 1999: 130) que contêm, frequentemente, uma dimensão material, passemos agora ao questionamento do registo arqueológico mais opaco, na perspectiva de que os cenários de poder se poderiam ter materializado, também, no interior de edifícios semi-subterrâneos ou em áreas recônditas e semi-ocultas na paisagem.

Dizem-nos as Ciências Sociais que a capacidade para penetrar no mundo invisível e influenciar as forças ocultas através de rituais que implicam transformações físicas e psíquicas é atributo de grupos de poder. Também nos ensinam que as acções rituais se efectuam, frequentemente, em locais particulares (GOSDEN, 1999: 130) e que o registo arqueológico mais opaco está direccionado para actos comunicacionais no seio de grupos mais restritos. Em relação ao poder M. Rowlands (1999) diz-nos que este resulta da habilidade em transformar e usar o invisível para, através de acções concretas, de experiências, efectuadas no mundo visível, proteger a comunidade e “impor” a ordem social.

Não esquecendo que o sentido das materialidades arqueológicas não só é dado pela sua funcionalidade, pela formalidade da sua diferença, pela praticabilidade mas,

⁷ Usa-se aqui o termo como sinónimo de acções ligadas às relações de poder, no sentido da antropologia política. E mesmo que a definição de ritual leve, muitas vezes, a um debate estéril como defende C. Gosden (1999: 123) o que é importante é que há um grupo de acções que se formalizam e que são repetidas através dos valores sociais deixando, frequentemente, marcas materiais (Fig. 8).

também, pela sua contextualização (HODDER, 1982, 1987, 1991), analisaremos os edifícios designados por balneários tendo em conta as premissas enunciadas.

“Balneários”

Os “balneários” são edifícios de arquitectura complexa e diferentes dos restantes, feitos em pedra e compostos por um pátio, uma antecâmara, uma câmara e um forno. Localizam-se, salvo raras excepções, em vertentes relativamente acentuadas, nas imediações de linhas de água e caracterizavam-se por serem construções semi-subterrâneas ou, na sua quase totalidade, ocultas na paisagem (Fig. 5).

As dimensões arquitectónicas das câmaras, das antecâmaras e dos átrios não permitiriam o uso por parte de um todo social. Os bancos das antecâmaras só suportariam cerca de 8 a 10 indivíduos de cada vez e a passagem para a câmara estaria dificultada pelas características exíguas da abertura semicircular existente na base da “pedra formosa”. Ora, todas estas características fazem destes edifícios cenários excepcionais, cujas práticas aí realizadas teriam forçosamente que obedecer a uma ordem de circulação e de utilização, ou seja, corresponderiam a acções formalizadas, o que, em comunidades tradicionais, expressam acções ritualizadas (GOSDEN, 1999).

Recentemente, nas obras da Estação de Caminhos de Ferro, em Braga, foi detectado um novo monumento deste tipo, datável indiscutivelmente da Idade do Ferro (LEMOS *et alii*, 2003). Aí, no pátio e no recinto imediatamente exterior, onde ocorreram inúmeras evidências de rituais de utilização do fogo, o espólio cerâmico era composto, quase exclusivamente, por pequenos recipientes de louça fina, designados vulgarmente por potinhos. Nenhum deles apresentava vestígios de fuligem ou de lípidos, pelo que a sua utilização como contentores para o consumo de bebidas, nos pareceu plausível (Fig. 6).

S. Sherrat (1991) admite que em contextos de interacção social, o consumo de bebidas estimulantes que permitem alterações corporais é apenas uma parte dos comportamentos expressivos que envolvem, também, o consumo de perfumes, incensos, cosméticos, pinturas, ornamentos e roupas especiais.

Se bem que não seja possível provar que estes potinhos serviram para conter bebidas estimulantes é de considerar que, no pátio, se detectou, também, uma conta de colar oculada, de origem meridional, ou seja, um ornamento corporal, de excepção (Fig. 7).

Quanto ao uso de “incensos” nestes edifícios podemos sempre interrogarmo-nos sobre o que se teria queimado na “peanha” do “balneário” de Quintãs (Póvoa de Lanhoso) (DINIS, 2003) e nos entalhes circulares que ladeavam o vão da pedra formosa do “balneário” do Alto da Eiras (Vila Nova de Famalicão) (QUEIROGA & DINIS, no prelo) e que aí deixaram sinais de fumo?

Afinal o que faria um pequeno grupo de indivíduos num local semi-oculto, afastado das áreas mais frequentadas pela restante população? Apenas actos de limpeza, de higiene, na perspectiva pura e simplesmente funcional? Não cremos, pois no início deste trabalho aceitámos a premissa de que o tratamento ou transformação sofisticada do corpo, é apanágio de grupos de poder e que estes são os que, através de actos e cerimónias rituais, seriam capazes de mediação entre o sagrado e o profano.

Assim sendo, e atendendo às acções ligadas com o “tratamento” físico e espiritual do corpo que aqui se efectuariam, ao espólio detectado, à grandiosidade destes monumentos, ao tipo de cantaria, à mão de obra especializada, à energia social necessária à consecução dos mesmos, às suas características semi-subterrâneas⁸, à sua localização topográfica, à sua associação com a água e com o fogo, parece verosímil considerar os frequentadores destes recintos como elementos detentores de grande poder social, muito provavelmente de cariz sagrado⁹.

Deste modo, não poderiam estes edifícios classificar-se como cenários ocultos de poder por oposição aos cenários visíveis de representação de poder, materializados nas muralhas e nas diversas estátuas? Na sequência destas ideias pensamos que não faz sentido continuar a designar estes espaços apenas como balneários, sendo preferível designá-los por monumentos rituais, atendendo à multiplicidade de cerimónias que aí se teriam praticado.

Santuários rupestres

Em relação aos santuários rupestres localizados em vertentes pronunciadas ou no interior dos recintos da Idade do Ferro (Fig. 9), poderiam estes considerar-se, também, cenários semi-ocultos de poder, porque de acesso topográfico difícil e restritos àqueles que, por direito, tinham acesso ao sobrenatural?

Porque se continuam a ignorar estas manifestações ou a considerá-las, quase sempre, como pré-existentes e como não tendo qualquer significado para os grupos que ali viviam e que com elas conviviam? Porque não se efectuam projectos para estes locais tentando perceber como se articulavam com o contexto envolvente, quando já

⁸ Em relação a este aspecto queremos registar que na couraça lítica que envolve as paredes do pátio do monumento de Braga, apareceu material votivo, aí depositado intencionalmente. Referimo-nos, especialmente a um pequeníssimo machado de pedra.

⁹ São vários os autores que têm atribuído funções rituais a estes edifícios. Alguns identificam-nos como tendo servido para rituais no quadro de confrarias guerreiras (ALMAGRO GORBEA & ÁLVAREZ-SANCHÍS, 1993), outros classificam-nos como espaços iniciáticos para guerreiros ou para a purificação funerária (BRANAS ABAB, 2000) e outros, ainda, como locais relacionados com rituais termais prévios ao banquete (ARMADA PITA, 2001).

se conhecem cerca de 64 recintos da Idade do Ferro que albergam 145 estações de arte rupestre no Entre Douro e Minho e na Galiza (REY CASTIÑEIRA & SOTO-BARREIRO, 2001)? Recordemos que, na própria Península do Morrazo (Galiza), ocorre a maior concentração de arte rupestre no interior de povoados da Idade do Ferro (13 estações em 9 recintos) o que não foi contemplado por A. de la Peña Santos e Rey García (1993) quando estabeleceram uma cronologia curta para estes representações.

Estariam as gravuras em áreas de vertente ainda envoltas em bosques? Relacionar-se-iam estes santuários com rituais de apropriação do bosque ou, num sentido mais amplo, de domesticação do desconhecido ou do selvagem?

Conviria pois escavar à volta destes locais para uma melhor avaliação cronológico-cultural e dos seus significados face aos contextos em que se inserem.

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Foram muitas as questões colocadas no âmbito deste ensaio sobre as diferentes manifestações de poder e sobre diversas expressões em que ele se pode materializar durante o Ferro Recente, quer a nível do registo arqueológico mais visível, quer do mais opaco. Apesar da falta de resposta para muitas delas, o balanço deste trabalho é francamente positivo na medida em que demonstra que os dados resistem às abordagens teóricas mais tradicionais permitindo novas interrogações, importantes para essa caminhada reflexiva que é o conhecimento.

Mas além do quadro de questões ensaiámos, também, algumas tentativas de resposta sobre o poder durante o Ferro Recente. A este propósito parece possível admitir que a opacidade e a monumentalidade parecem ser duas faces distintas de demonstração do poder, num jogo de aparentes oposições que se completam e interagem no plano simbólico. Dito de outro modo, ao ser verosímil algumas das leituras efectuadas estaríamos perante diferentes arenas ou símbolos cénicos que constantemente reproduzem a mensagem do poder, através de diferentes práticas corporais. Neste sentido, talvez a cada conjunto de práticas corporais, bem individualizadas por determinados signos, possamos fazer corresponder diferentes grupos de poder, coexistindo num universo de ambivalências.

Não queremos terminar sem chamar a atenção para o facto de que o estudo das relações sociais, dos cenários e dos mecanismos de expressão do poder e do mundo simbólico e ritual, em geral, pressupõem o desenvolvimento de uma arqueologia mais contextual. Tal, implica, além de novos projectos de investigação com equipas interdisciplinares, uma prática de campo que privilegie, não só, uma melhor contextualização cronológico-cultural dos achados como, também, seja capaz de estabelecer relações entre muitíssimas variáveis, a diversas escalas de análise.

Só assim, poderemos construir uma Idade do Ferro cada vez mais plural e ensaiar uma aproximação aos aspectos simbólicos e rituais que perpassam todas as esferas do quotidiano e se expressam, na sua grande maioria, no seio desses vastos recintos monumentalizados de ampla significação que, e apenas por costume, temos designado por povoados.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCÃO, J. (1996). O primeiro milénio, *De Ulisses a Viriato. O primeiro Milénio a.C.*, Ed. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 15-30.
- ALMAGRO-GORBEA, M. & J. R. ÁLVAREZ-SANCHÍS (1993). La "sauna" de Ulaca: saunas y baños indicativos en el mundo célico, *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*, 1, pp. 177-232.
- ALMAGRO-GORBEA, M. & J. R. ÁLVAREZ-SANCHÍS (1993). Baños de sudor en la Península Ibérica, *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*, 1, pp. 239-253.
- ALMEIDA, C. A. F. (1974). O monumento com forno de Sanfins e as escavações de 1973, *III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto, pp. 149-172.
- ARMADA PITA, X-L. (2001). Monumentos termais castrexos: unha contribución à súa interpretación, *Anuario Brigantino*, 24, pp. 61-82.
- BARRET, J. (1988). Fields of discourse: reconstituting a social archaeology, *Critique of Anthropology*, 7 (3), pp. 5-16.
- BETTENCOURT, A. M. (1999). *A paisagem e o homem na bacia do Cávado durante o II e o I milénios AC*, 5 vols (Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho, na área de Pré-História e História Antiga – policopiada).
- BETTENCOURT, A. M. (2000). *Estações da Idade do Bronze e Inícios da Idade do Ferro da bacia do Cávado (Norte de Portugal)*, Ed. Cadernos de Arqueologia – Monografias – 11, Ed. da Unidade de Arqueologia da Univ. do Minho, Braga.
- BETTENCOURT, A. M. (2003). Manifestações simbólicas da Proto-História do Norte de Portugal: a estátua sedente de Roriz (Barcelos), *Conímbriga*, 42, Coimbra, no prelo.
- BETTENCOURT, A. M. & H. P. CARVALHO (1993/1994). Estátua sedente e cabeça de guerreiro galaico da região de Braga, *Cadernos de Arqueologia*, nº 10/11, pp. 279-291.
- BOURDIEU, P. (1977). *Outline of a theory of practice*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BOURDIEU, P. (1984). *Distinction: a social critique of the judgment of taste*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BOURDIEU, P. (1990). *The logic of practice*, Cambridge, Polity Press.
- BRAÑAS ABAB, R. (2000). *Deuses, heroes e lugares sagrados na cultura castrexa*, Santiago de Compostela.
- CHADWICK, A. (1997). *Towards a Social Archaeology of Later Prehistoric and Romano-British Field Systems in South Yorkshire, West Yorkshire and Nottinghamshire*, University of Sheffield.
- DIETLER, M. (1999). Rituals of commensality and the politics of state formation in the "princely" societies of early Iron Age Europe, *Les princes de la protohistoire et l'émergence de l'état*. Centre Jean Bérard et École Française de Rome, pp. 135-152.
- DINIS, A. (1999). Povoamento do Baixo Ave no I milénio A.C., *Actas do II Congresso de Arqueología Peninsular. Primer milénio y metodología* (Zamora 1996), vol. III, pp. 37-48.

- DINIS, A. (2002). O balneário do Alto de Quintãs (Póvoa de Lanhoso, Norte de Portugal). Um novo caso a juntar ao livro negro da Arqueologia do Entre Douro e Minho. *Mínia*, 10, 3. sér., Braga, pp. 159-179.
- EICHER, J. B. & M.-E. ROACH-HIGGINS (1992). Definition and classification of dress: implications for analysis of gender roles, in R. Barnes & J. B. Eicher (eds) *Dress and Gender. Making and Meaning*. Providence e Oxford, Berg.
- FERNÁNDEZ-POSSE, M. D. & F. J. SÁNCHEZ-PALENCIA (1997). Ocupación del territorio y estrutura social en las poblaciones castrejas astures. *O 1º milénio a.C. no noroeste peninsular. A fachada atlântica e o interior*, Bragança, pp. 87-106.
- GODELIER, M. (1999). Chefferies et états, une approche anthropologique, *Les Princes de la Protohistoire et l'émergence de l'état*. Ed. Centres Jean Bérard et École Française de Rome. Nápoles/Roma, pp. 19-30.
- GODSEN, C. (1999). *Anthropology & archaeology. A changing relationship*, Routledge.
- HILL, J. D. (1993). Can we recognise a different European past? A contrastive archaeology of later prehistoric settlements in southern England. *Journal of European Archaeology*, 1, pp. 57-75.
- HILL, J. D. & C. Cumberpatch (1993). Volviendo a pensar la edad del hierro, *Trabajos de Prehistoria*, 50, Madrid, pp. 127-137.
- HILL, J. D. & C. Cumberpatch (ed.) (1996). *Different Iron Ages. Studies on the Iron Age in Temperate Europe*. Ed. BAR International Series 602, pp. 45-66.
- HODDER, I. (1982). The identification and interpretation of ranking in prehistory: a contextual perspective, in C. Renfrew & S. Shennan (eds) *Ranking and exchange*, Cambridge, pp. 150-154.
- HODDER, I. (1987). *Archaeology as long-term History*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HODDER, I. (1991). *Reading the past*, Cambridge, Cambridge University Press.
- KNAPP, A. B. & W. ASHMORE (1999). Archaeological landscapes: constructed, conceptualized, idetional, in A. B. Knapp & Knapp, (eds) *Archaeologies of landscape. Contemporary perspectives*, 1-30, Oxford, Blackwell.
- JORGE, S. O. (1996). Regional diversity in the Iberian bronze age – on the visibility and opacity of the archaeological record, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 36, Porto, pp. 193-214.
- LEMOS, F. S., J. M. F. LEITE, A. M. S. BETTENCOURT & M. AZEVEDO (2003). O balneário pré-romano de Braga, *Al-Madan*, 12, Centro de Arqueologia de Almada (no prelo).
- LEVY, J. E. (1999). Gender, power, and heterarchy in middle-level societies, in T. L. Sweely *Manifesting Power. Gender and the interpretation of power in archaeology*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 62-78.
- MARTINS, M. M. (1990). *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Cadernos de Arqueologia-Monografias 5, Braga.
- MARTINS, M. M. (1993/1994). Continuidade e mudança no I milénio a. C., no Noroeste Português: Os diferentes cenários de representação do discurso arqueológico, *Cadernos de Arqueologia*, 10-11, Braga, pp. 41-64.
- MARTINS, M. M. (1996). Povoamento e habitat no Noroeste português durante o 1º milénio a. C., *De Ulisses a Viriato. O primeiro Milénio a.C.*, Ed. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 118-133.
- MARTINS, M. M. (1997). The dynamics of change in NO Portugal during the I millenium B.C., M. Diaz-Andreu & S. Keay (dir.) *The Archaeology of Iberia. The Dynamics of Change*. Ed. Routledge, Londres, pp. 143-153.
- PEÑA SANTOS, A. & J. REY GARCIA (1993). El espacio de la representación. El arte rupestre galaico

- desde una perspectiva territorial, *Pontevedra. Revista de Estudos Provinciais*, 10, Pontevedra, pp. 10-50.
- QUEIROGA, F. (1992). *War and castros. New approaches to the northwestern portuguese iron age*. Oxford (Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Oxford – Policopiada).
- QUEIROGA, F. & A. DINIS (no prelo). A estrutura de banhos do castro das Eiras (Vila Nova de Famalicão), *Actas do Colóquio de Homenagem – Carlos Alberto Ferreira de Almeida – 1997*, Santiago de Compostela.
- REINHOLD, S. (2003). Traditions in transition: some thoughts on late Bronze Age and early Iron Age burial costumes from the northern Caucasus, *Euroean Journal of Archaeology*, 6 (1), pp. 25-54.
- REY CASTIÑEIRA, J. & M. J. SOTO-BARREIRO (2001). El arte rupestre de Crastoeiro (Mondim de Basto – Portugal) y la problemática de los petroglifos en castros, in A. Dinis *O Povoado da Idade do Ferro do Castroeiro (Mondim de Basto – Norte de Portugal)*, Cadernos de Arqueologia – Monografias 13, pp. 159-200.
- ROWLANDS, M. (1999). The cultural economy of sacred power, *Les Princes de la Protohistoire et l'émergence de l'état*, Ed. Centres Jean Bérard et École Française de Rome, Nápoles/Roma, pp. 165-172.
- SHERRAT, S. (1991). Sacred and profane substances: the ritual use of narcotics in later Neolithic Europe, in P. Garwood, D. Jennings, R. Skkeates & J. Toms (eds) *Sacred and Profane*, Oxford University Press, pp. 50-64.
- SILVA, A. C. F. (1986). *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira.
- SILVA, M. F. (1994). *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia Superior do Rio Coura: Estudo, Restauro e Divulgação*. Ed. Câmara Municipal de Paredes de Coura.
- THOMAS, J. (1990) Same, other, analogue. Writing the past, in F. Baker and J. Thomas (eds). *Writing the past in the present*, Lampeter, St. Davids University College, pp. 18-23.
- TREHERNE, P. (1995). The warrior's beauty: the masculine body and self-identity in Bronze-Age Europe, *Journal of European Archaeology*, 3.1, pp. 105-144.



Fig. 1 – Estátua de “guerreiro” de S. Julião (Vila Verde).
(Alt. máx. 1,45 m).

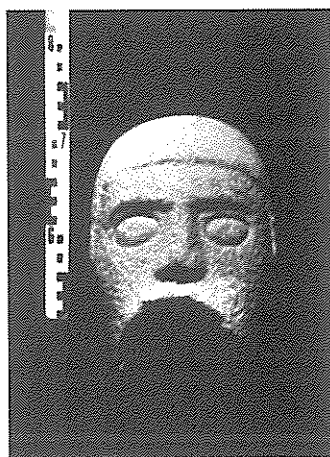
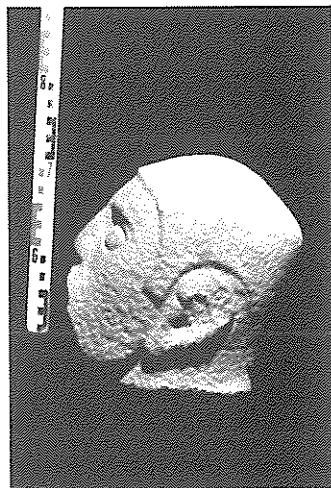


Fig. 2 – Cabeça de estátua de “guerreiro” encontrada em Braga.

Fotografias de Manuel Santos, do Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, em Braga.

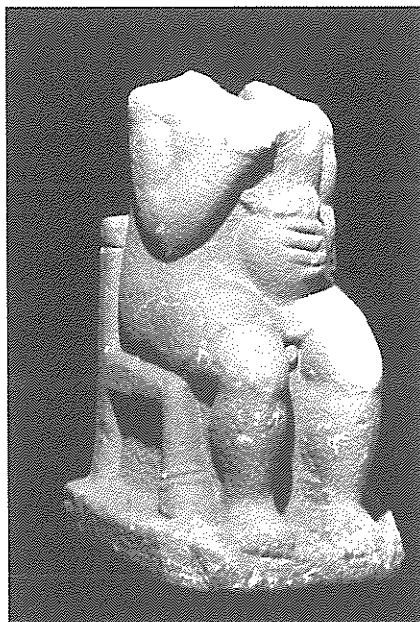


Fig. 3 – Estátua sedente encontrada em Braga.
(Alt. máx. 83 cm).

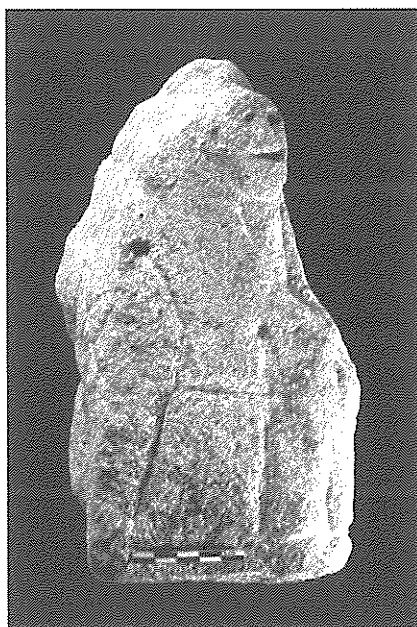


Fig. 4 – Estátua sedente do povoado de Roriz (Barcelos).



Fig. 5 - "Balneário" da Estação de Caminhos de Ferro (Braga). (Fotog. de Vladimiro Pires).

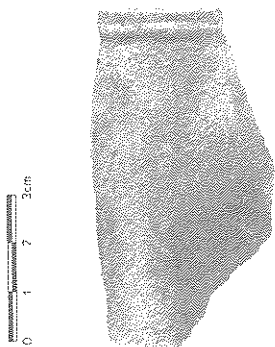


Fig. 6 - Potinho cerâmico encontrado no "balneário" da Estação de Caminhos de Ferro (Braga).



Fig. 7 - Conta de vidro, oculada, encontrada no "balneário" da Estação de Caminhos de Ferro (Braga).

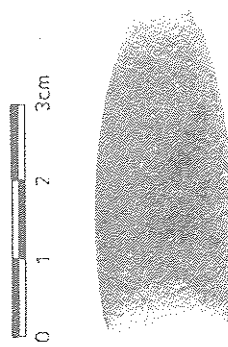


Fig. 8 - Machadinho votivo encontrado no "balneário" da Estação de Caminhos de Ferro (Braga).

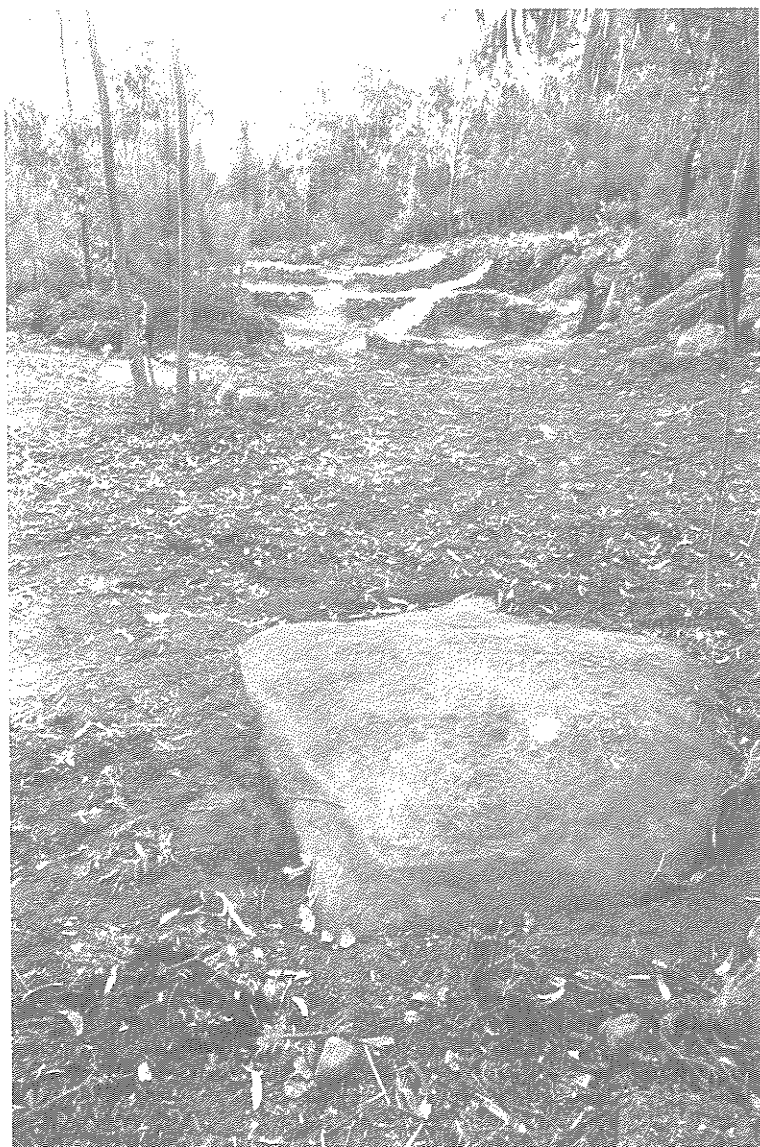


Fig. 9 – Gravuras rupestres do grupo Atlântico no interior do povoado da Idade do Ferro do Crastoeiro (Mondim de Basto). (Fotog. de António Dinis).

